

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Secretaria-Executiva
Gabinete

Nota Técnica nº 3/2026/GAB/SE/SECOM/PR

Assunto: Medida Provisória nº 1.394, de 25 de setembro de 2026. Comercialização de camisetas de clubes de futebol fabricadas antes de sua publicação que contenham identificação visual de agente operador de apostas.

Referência: Carta da ÁPICE – Associação pela Indústria e Comércio Esportivo, de 29 de setembro de 2026.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Objeto

1.1. Esta Nota examina, sob a perspectiva das ações de comunicação, publicidade, propaganda, marketing e patrocínio, a manifestação da ÁPICE sobre a comercialização de camisetas de clubes de futebol fabricadas antes da publicação da Medida Provisória nº 1.394/2026 e que contenham marca de agente operador de apostas incorporada em razão de contratos de patrocínio firmados sob o regime anterior.

1.2. Referida manifestação questiona se a vedação à publicidade e ao patrocínio prevista na Medida Provisória alcançaria também a comercialização de camisetas de times de futebol já produzidas. Alegam que se trata de mercadorias já incorporadas aos estoques e à cadeia de comercialização do setor esportivo, produzidas de forma legítima e de acordo com as regras existentes no momento de sua fabricação.

1.3 A associação solicita, em caráter de urgência, a emissão de orientação interpretativa, nota técnica ou outro instrumento jurídico que esclareça expressamente que a vedação não impede a comercialização dos estoques já existentes.

1.4. A requerente declara que não questiona a proibição das apostas de quota fixa nem os objetivos da Medida Provisória, e que não pleiteia exceção permanente.

ANÁLISE

2. Análise

2.1. O art. 16 da Medida Provisória estabelece vedação às ações de comunicação, publicidade, propaganda, marketing e patrocínio relativas às apostas de quota fixa. Seu § 1º delimita o alcance da vedação aos conteúdos destinados a ofertar, promover, divulgar ou facilitar o acesso à atividade, e o § 2º disciplina a retirada de material publicitário e de sinais de patrocínio veiculados em meios físicos ou digitais.

2.2. Para o enquadramento da situação apresentada, importa a natureza da conduta realizada no momento da comercialização. A presença, em mercadoria produzida sob o regime jurídico anterior, de identificação visual de agente operador de apostas não caracteriza, isoladamente, a realização posterior de ação de comunicação, publicidade, propaganda, marketing ou patrocínio. Para caracterização deve-se considerar se, após a publicação da Medida Provisória, há iniciativa destinada a promover, divulgar ou ampliar a exposição do agente operador ou da atividade de apostas. Estão claramente vedadas pela Medida Provisória nova produção, campanha publicitária, ativação promocional, impulsionamento,

utilização de influenciadores ou nova contraprestação pela exposição da marca constituem elementos distintos da comercialização ordinária de produto anteriormente fabricado, destinada a consumidor final.

2.4. No caso posto em análise, decorre da redação do § 2º do art. 16, que para a caracterização da conduta vedada deve-se considerar se a exposição da identificação visual decorre de iniciativa de comunicação ou promoção da marca, ou apenas da comercialização ordinária de mercadoria anteriormente fabricada.

2.5. Ademais, do art. 17 depreende-se que a existência de identificação visual de agente operador no produto, nas condições apresentadas, é entendida como “conteúdo legado”, isto é, conteúdo produzido anteriormente à data de publicação da Medida Provisória e que, em razão da transição de regramentos, contém publicidade ou propaganda comercial de apostas de quota fixa de forma acessória a esse conteúdo.

3. Delimitação

3.1. A presente análise restringe-se à produção e comercialização de estoques já existentes de camisetas com exposição da identificação visual do agente operador. Não integram seu objeto a utilização de uniformes em partidas ou treinamentos, a sinalização em instalações esportivas, transmissões, conteúdos em redes sociais, ativações comerciais ou outras formas de exposição vinculadas a contratos de patrocínio. O não exame dessas situações nesta Nota não representa manifestação quanto ao respectivo enquadramento.

4. Competência

4.1. A presente manifestação é elaborada no âmbito das atribuições relacionadas à comunicação, à publicidade e ao patrocínio. A apuração de eventual infração ao disposto nos arts. 16 e 17 compete aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas competências, nos termos do art. 18, § 1º, da Medida Provisória.

4.2. A presença de elementos que indiquem a realização de nova ação promocional ou publicitária sujeitará a conduta à apuração pelos órgãos competentes, nos termos do art. 18 da Medida Provisória, inclusive quanto às medidas cautelares legalmente previstas.

CONCLUSÃO

5. Conclusão

5.1. Sob a perspectiva das ações de comunicação, publicidade, propaganda, marketing e patrocínio disciplinadas pela Medida Provisória nº 1.394/2026, a mera comercialização das camisetas de clubes de futebol que já tenham sido produzidas antes da entrada em vigor das novas regras e que se encontrem em estoques de fabricantes, distribuidores, varejistas ou estabelecimentos comerciais, contendo identificação visual de agente operador de apostas incorporada sob o regime anterior, não caracteriza, isoladamente, nova ação de comunicação, publicidade, propaganda, marketing ou patrocínio.

5.2. Essa compreensão não constitui prorrogação de contrato de patrocínio, autorização para nova ação promocional ou afastamento das vedações da Medida Provisória nº 1.394/2026, que permanecem integralmente aplicáveis.

5.3. Eventual utilização da comercialização do produto como meio de promoção, divulgação ou ampliação da exposição da marca ou da atividade de apostas deverá ser apreciada pelos órgãos competentes à luz dos arts. 16 e 18 da Medida Provisória.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

SAMARA MARIANA DE CASTRO
Secretária-Executiva



Documento assinado eletronicamente por **Samara Mariana de Castro, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 02/10/2026, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7906846** e o código CRC **7DAAECBD** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00170.003515/2026-57

SEI nº 7906846